

Lurdes Pintasilgo, na apresentação do Governo

Regimes militares excluídos da actual cena política

«Juízo que os regimes militares estão, neste momento, completamente excluídos da cena portuguesa, uma vez que estão a funcionar em plena normalidade todas as instituições democráticas» — declarou, ontem, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, numa conferência de imprensa destinada a apresentar a estrutura orgânica e as linhas fundamentais da orientação do Governo, que hoje será empossado pelo Presidente da República.

Ao fazer tal declaração, a que fazemos referência mais pormenorizada na página 2, o primeiro-ministro contestava a acusação de que pudesse vir a ser instrumento de um regime «presidencialista-militar», ou de qualquer golpe de Estado constitucional. Pelo contrário, será «objectivo fundamental deste Governo», disse Maria de

Lurdes Pintasilgo, «voltar a dar à instituição parlamentar o prestígio que ela deve ter neste regime e que a Constituição lhe dá». Além disso, o executivo actuará em «fidelidade» à legislação aprovada pela Assembleia «dentro da lei, da letra e do espírito em que ela foi clara», não havendo lugar para «aventuras de interpretação» tanto por parte do Governo como do Presidente da República.

Por outro lado, este Governo será «um Governo constitucional, sem limites na sua actuação, a não ser o limite do tempo». Desta forma, «não deverá ter apenas uma preocupação de gestão do quotidiano», uma vez que «um Governo, quando tem que gerir, tem que tomar decisões e as decisões, em matéria governativa, envolvem sempre, pelo menos, o médio prazo».

Entretanto, o primeiro-

ministro não se mostra excessivamente preocupada com os ataques e a recusa de diálogo que lhe foi votada pelo PSD e pelo CDS, a não ser «pelo clima que cria nas populações». A atitude desses partidos, comentou Lurdes Pintasilgo, «não admite sequer o benefício da dúvida e emite «a priori» um juízo, uma censura prévia que julgaria estar eliminada com a revolução do 25 de Abril». No entanto, e apesar disso, o primeiro-ministro afirma-se disposta a prosseguir na sua vontade de diálogo com todos os partidos «em igualdade de circunstâncias», lamentando apenas não ter sabido «pela via institucional» a opinião daqueles que integram a Aliança Democrática sobre as linhas de orientação do Programa que começou já a ser elaborado e que deverá ser completado antes do prazo legal de 10 dias.

